

Memórias de professoras do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí/RS

Memories of teachers from the State Center for Youth and Adult Education at the Jacuí State Penitentiary

Memorias de profesoras del Núcleo Departamental de Educación de Jóvenes y Adultos de la Penitenciaría Estadual de Jacuí/RS

Joseane da Silva Novo¹
Patrícia Kayser Vargas Mangan²

Resumo: O objetivo da pesquisa é registrar trajetórias profissionais de professores que em algum momento tenham trabalhado com educação prisional na Penitenciária Estadual do Jacuí, incluindo, o Núcleo Estadual Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. O percurso metodológico envolveu investigação documental e entrevistas temáticas, permitindo dar visibilidade à história e à realidade vivida por educadores prisionais.

Palavras-chave: trajetórias profissionais; educação de jovens e adultos; educadores prisionais.

Abstract: This research aims at recording the professional trajectories of teachers who at some point have worked with prison education at the Jacuí State Penitentiary, including the State Center for Youth and Adult Education (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. The methodological path involved documental research and thematic interviews, resulting in the visibility of the history and reality experienced by prison educators.

Key-words: professional trajectories; youth and adult education; prison educators.

Resumen: El objetivo de la investigación es registrar las trayectorias profesionales de docentes que en algún momento actuaron con la educación penitenciaria en la Penitenciaría Estadual de Jacuí, incluido el Núcleo Estadual de Educación de Jóvenes y Adultos (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. El camino metodológico involucró investigación documental y entrevistas temáticas, resultando en la visibilización de la historia y la realidad vivida por los educadores penitenciarios.

Palabras-llave: trayectorias profesionales; educación de jóvenes y adultos; educadores penitenciarios.

¹ Mestre em Memória Social e Bens Culturais Universidade La Salle. E-mail: novojoseane@gmail.com

² Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais Universidade La Salle. E-mail: patricia.mangan@unilasalle.edu.br

1 Introdução

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). O indivíduo sentenciado que ingressa no sistema prisional é privado de sua liberdade, porém, continua detentor dos demais direitos e garantias fundamentais. Nesse contexto, a educação prisional possui um papel importante na retomada do convívio em sociedade desses indivíduos, melhorando sua perspectiva para o futuro e possibilitando romper um ciclo de exclusão e reincidência ao crime. É desse modo que a figura do professor emerge nesses espaços, dando origem ao problema de pesquisa: como dar visibilidade aos professores que atuam no contexto do ensino dentro do sistema prisional no Rio Grande do Sul? Deste problema, tendo como recorte espacial a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), foi estabelecido como objetivo geral registrar trajetórias profissionais de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional, mais especificamente, que em algum momento tenham trabalhado com educação prisional na PEJ, incluindo, o Núcleo Estadual Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva.

Embora na visão de Nora (1993) a Penitenciária Estadual do Jacuí não se estabeleça como um lugar de memória, cabe destacar alguns elementos simbólicos, isto é, espaços existentes dentro do próprio complexo prisional que marcam uma memória a não ser esquecida. De acordo com Wolff (1991, p. 205), parte da área onde está localizada a PEJ pertencia ao político, escritor, jornalista e médico Ramiro Barcelos, que construiu uma fazenda no local para a cultura das charqueadas. Após falência, a propriedade passou a ser do Governo do Estado que, utilizou a área como um posto zootécnico, o qual veio a ser desativado e, posteriormente, como uma unidade do hospital psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, para atividades laborais dos pacientes, como avicultura e plantio de hortaliças. Atualmente, a administração e coordenação operacional da PEJ é feita pela Brigada Militar, em regime de força tarefa, através da Portaria nº 11, de 25 de julho de 1995, fato este que corroborou no processo de observação e abordagem das entrevistas, uma vez que, a autora principal atuava nesta casa prisional, tendo dentre suas atribuições a escolta interna de pessoas, procedimento padrão adotado quando da circulação de funcionários civis e visitantes no interior da penitenciária. Foi dessa maneira que ao conhecer a professora Isabel em 2020 e acompanhar a rotina da escola, nas dependências da PEJ, surgiu o interesse no desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, este artigo tem como tema a educação nos espaços prisionais, à luz da Memória Social, fundamentado em autores como Maurice Halbwachs, Joel Candau e Icléia Thiesen.

Conhecer e discutir a educação no sistema prisional no campo da Memória Social, possibilita compreender o percurso dos profissionais que participam deste processo. É nesse sentido que Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva se constrói através de recordações e percepções individuais, isto é, uma ponte entre o individual e o coletivo. Para este autor, cotejar diferentes narrativas ajudam na ressignificação do passado e do presente. No entanto, cabe ressaltar que Candau nos adverte que a lembrança é "algo distinto do acontecimento passado" (Candau, 2012, p. 66). Halbwachs (2006) afirma que a memória deve ser compreendida como um fenômeno social, construído pela coletividade através de transformações, oscilações e processos constantes. Por esta razão, optou-se por realizar entrevistas tanto com educadores que compõem o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Sueli Rodrigues da Silva, quanto com outros professores que tiveram passagem pela educação prisional da Penitenciária, Estadual do Jacuí, com o intuito de explorar diferentes experiências e opiniões, através de narrativas, sobre a educação no espaço prisional. O indivíduo em situação de cárcere traz como memória, para Julião (2009), experiências positivas e negativas vividas antes ou durante a reclusão. Além da expectativa de retorno à família, trabalho e estudos, há a frustração do estigma da figura do preso na sociedade. Por sua vez, para os professores que atuam em estabelecimentos prisionais, o desafio não se trata apenas de alfabetizar, mas de resgatar valores e experiências perdidos neste ambiente tão controverso.

2 Desenvolvimento

O percurso metodológico (BAUER; GASKELL, 2002) (SANTOS, 2000) (MINAYO, 2007) desta pesquisa envolveu três etapas. A primeira etapa bibliográfica e documental permitiu estabelecer o contexto da pesquisa e dos entrevistados, apresentando os diferentes aspectos da educação formal nos espaços prisionais, bem como dos casos que serão estudados em maior detalhamento. A análise documental teve seu ponto de partida através de dados fornecidos pela diretora da escola, o que possibilitou iniciar uma ampla pesquisa sobre os regramentos específicos da educação prisional. O acesso ao material analisado foi obtido de duas maneiras: documentos originais e cópias físicas arquivados na secretaria do Núcleo e acesso virtual. Em um primeiro momento, foram selecionados e examinados arquivos contendo leis, resoluções, pareceres, ofícios, entre outros documentos que fundamentam a criação e permanência do NEEJA na PEJ. Em um segundo momento, foi encontrado um pequeno acervo da escola, nas dependências da PEJ, contendo dados de ex alunos - os quais não foram analisados para fins desta pesquisa - trabalhos de sala de aula, imagens, registro de atividades promovidas em parceria com a direção da

penitenciária, arquivos de projetos, objetos, textos, entre outros, que serviram de embasamento para maior conhecimento do NEEJA.

Na segunda etapa, por meio de entrevistas temáticas, a qual é uma "forma de entrevista não estruturada, de profundidade e com características específicas" (BAUER; GASKELL, 2002, p. 95) com professores e gestores que atuam ou atuaram na PEJ, foi possível registrar memórias e trajetórias profissionais; identificar práticas de ensino, bem como apresentar percepções sobre os desafios e a efetividade dessas escolas. Adotamos um procedimento de seleção das entrevistadas a partir da perspectiva Meihy (2005), isto é, partimos de uma entrevista inicial com a diretora da escola, que caracterizou-se como "pessoa-fonte", indicando outras "pessoas-fonte" e servindo de subsídio para formar a "colônia" (pessoas que foram efetivamente entrevistadas). Também inspirado por Meihy (2005), o tratamento das entrevistas utilizou três procedimentos - transcrição, textualização e transcrição - que se complementam e são assim definidas pelo autor:

Transcrição literal: passagem de todas as palavras de uma entrevista para a escrita.

Textualização: transcrição trabalhada, integrando as perguntas, estabelecendo a lista das palavras importantes e das expressões básicas das histórias.

Transcrição: entrevista trabalhada já em sua fase de apresentação pública. As correções gramaticais, as frases completas, tudo deve ser estabelecido nesta etapa (MEIHY, 2005, p. 194).

Por se tratar de um ambiente prisional, o uso de gírias, expressões e termos próprios é bastante comum não só pelos detentos, mas também pelos próprios professores. E se, por um lado, esta prática favorece a comunicação e proporciona maior aproximação entre o educador e o reeducando, por outro acaba por dificultar o entendimento daqueles que não conhecem nem acessam esses espaços. Nesse sentido, a transcrição torna-se um método bastante adequado para esta pesquisa, pois, de acordo com Meihy (2005) permite "recriar" o texto para expressar melhor o sentido e o propósito do que foi documentado das entrevistas.

Finalmente, a terceira etapa de análise segue as fases indicadas por Minayo (2007): leitura e releitura inicial dos textos, exaustivo e aprofundado exame do material em questão, com o objetivo de trazer à tona temas convergentes e discordantes relativos ao objeto de investigação, bem como delimitação das temáticas mais recorrentes, com subsequente associação e discussão com a leitura pertinente.

2.1 Sobre o ensino formal no sistema prisional e o NEEJA da PEJ

No que se refere ao nível de escolaridade dos mais de 726 mil apenados brasileiros, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) de 2017, 75% da população

carcerária não atingiu o ensino médio e menos de 1% possui graduação. A Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, estabeleceu a fronteira normativa na educação prisional no País, acompanhada pelo Decreto Federal nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que além de ampliar e enrijecer a norma federal, organiza o papel dos Estados na oferta de educação nos estabelecimentos penais. A Lei de Diretrizes Nacionais de Educação nos Estabelecimentos Prisionais prevê, entre outros objetivos e metas, o acesso a programas de formação integrada, inicial e continuada, para educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários, considerando as peculiaridades da política de execução penal. Nesse contexto, Duarte (2013) afirma que não basta apenas contratar professores, é necessário, antes de tudo, buscar profissionais com perfil para atuar na educação prisional.

No Rio Grande do Sul, o ensino formal no sistema penitenciário é oferecido através da SUSEPE e SEDUC, de acordo com as diretrizes do Plano Estadual de Educação nas Prisões que visa, entre outros aspectos, a promoção de políticas públicas que garantam acesso ao ensino formal, informal e profissionalizante de qualidade às pessoas privadas de liberdade. A oferta de ensino se dá através da implantação Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), o qual certifica o Ensino Médio e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Há, também, ações de fomento ao ensino através de programas de incentivo à leitura, produção textual e publicações bianuais de obras literárias. Em 2022, o DEPEN divulgou novo levantamento de informações do sistema penitenciário brasileiro, em que o maior destaque é para o número de apenados em práticas discentes durante o ano de 2021:

Houve aumento de 99% na quantidade total de atividades educacionais realizadas pelos custodiados nas unidades prisionais do sistema prisional brasileiro: de 166.324 em Dezembro/2020 para 330.405 em Dezembro/2021. O Estado do Maranhão mostrou um crescimento de 521% na quantidade de apenados envolvidos nesta temática, seguido pelo Rio Grande do Sul (347%) e Piauí (232%) (DEPEN, 2022).

Dados obtidos entre janeiro e junho de 2023, os quais fazem parte dos Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário (SISDEPEN, 2023), e sistematizados em painéis dinâmicos, apontam que apenas neste primeiro semestre de 2023 já ocorreram 946.465 atividades educacionais no país. Tais atividades envolvem tanto presos em celas físicas quanto em prisão domiciliar.

De acordo com o Decreto Estadual nº 41.649, de 28 de maio de 2002, face ao Parecer nº

422, de 11 de dezembro de 2002, foi instituída a educação de jovens e adultos nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas - RS, através do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, pertencente à 12ª Coordenadoria Regional de Educação. De acordo com o acervo da escola, Julieta Balestro foi uma das pioneiras em educação prisional no Estado. Natural de Bagé, município localizado no sudoeste gaúcho, licenciou-se em Letras na década de 60 e mais tarde, no ano de 1988, tornou-se bacharel em Direito pela Universidade do Rio dos Sinos. Dirigiu a Comissão de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) e sua última função foi como coordenadora educacional e cultural da SUSEPE, vindo a falecer em 12 de agosto de 2001. Porém, a referida escola, até agosto de 2018, mantinha sua sede administrativa na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), onde os professores eram responsáveis por atender as seis penitenciárias pertencentes ao complexo prisional do município: Colônia Penal Agrícola (CPA), Instituto Penal de Charqueadas (IPCH), Penitenciária de Alta de Segurança de Charqueadas (PASC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC). Por esse motivo, em 03 de setembro de 2018, através da Portaria nº 139/2020, publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de agosto de 2020, a PEJ passou a ter seu próprio NEEJA, o qual recebeu o nome Sueli Rodrigues da Silva, em memória desta educadora. Sueli Rodrigues da Silva atuou na educação prisional como professora desde a década de 1990 até 2016, quando precisou se aposentar por problemas de saúde, vindo a falecer em outubro do mesmo ano. Por esta razão, a escola recebeu o seu nome, em homenagem aos seus relevantes serviços prestados.

A estrutura física da escola é composta por quatro salas de aula com capacidade máxima para 20 alunos cada: três no prédio principal, para alunos do regime fechado e uma nas instalações do regime semiaberto, que divide espaço junto à biblioteca dos apenados. O corpo docente da escola é formado por seis educadores e uma secretária, nomeados pelo Estado, com carga horária de 20 horas cada um; atualmente a diretora da escola acumula a função de professora. Por questões de segurança, professores e demais funcionários civis permanecem nas dependências da penitenciária apenas durante o período das aulas, sempre escoltados por um agente responsável.

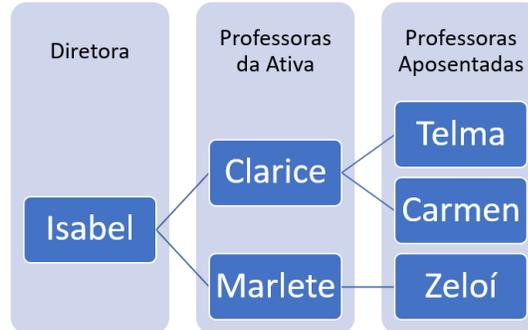
2.2 Contexto do acesso ao lócus de pesquisa e às entrevistadas

A pesquisa aqui apresentada teve início em 2020, o que significa ter vivenciado o contexto pandêmico. Devido às restrições da pandemia do Coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas

e o trabalho dos professores passou a acontecer de modo híbrido, isto é, com reuniões pedagógicas virtuais e produção de conteúdo impresso aos alunos. O material produzido era entregue periodicamente, pela diretora da escola, ao setor de segurança da PEJ que, após conferência, distribuiu aos estudantes nas galerias, sob prazo de quinze dias para a conclusão das atividades. Também ficava a cargo da segurança o recolhimento e inspeção do material produzido pelos apenados. Por tal motivo, o contato com esses professores se deu, inicialmente, por meio de contatos telefônicos, e-mail, além da obtenção de informações preliminares com o setor de inteligência da penitenciária. Logo, as primeiras aproximações à rotina da escola aconteceram somente no segundo semestre de 2020, após a retomada de algumas atividades, o que possibilitou conversar pessoalmente com a diretora e efetuar, com ela, a primeira entrevista.

O processo teve início no mês junho de 2020, quando a autora principal passou a observar os locais onde a diretora acessava com frequência; durante os deslocamentos foi possível conhecer as dependências do NEEJA dentro da penitenciária e o trabalho dos professores nesses espaços. Ela passou a explicar e mostrar detalhadamente sua rotina e de seus colegas durante o turno de serviço. Foi nessa ocasião que houve a oportunidade de convidá-la para participar da primeira entrevista, a qual seguiria um roteiro semi-estruturado, contendo perguntas sobre sua trajetória docente e experiências na direção do NEEJA na PEJ. Por razões pessoais, a diretora optou por responder o questionário por escrito. O roteiro, que acabou sendo aplicado com a diretora como um questionário, foi enviado por e-mail. Após essa primeira aproximação, outras entrevistas foram realizadas, conforme descrito a seguir.

O núcleo de participantes da pesquisa é composto por seis professoras da Rede Estadual de Educação, três aposentadas e três da ativa, que tiveram passagem pelo NEEJA da PEJ. Estas profissionais atuaram ou atuam em diferentes níveis de ensino; alguns acumulam funções administrativas, a exemplo da diretora da escola, que também ministra aulas. Seguindo a perspectiva de Meihy (2005), formou-se um pequeno grupo de entrevistados. Adotando como critério de agrupamento a situação funcional destes que classificou-se como “professoras da ativa” e “professoras aposentadas”, tendo como “entrevista zero”, a "diretora" da escola, como ilustrado no esquema da figura a seguir.

Figura 1 - Proposição de indicações dos sujeitos entrevistados

Conforme já indicado, a realização das entrevistas ocorreu em dois momentos distintos. Inicialmente, com a diretora da escola, professora Isabel Ferreira, a entrevista foi feita por escrito, com perguntas abordando três temas distintos: trajetória pessoal, profissional e o trabalho no NEEJA da PEJ. Em um segundo momento, a diretora foi novamente entrevistada, com mais cinco educadoras. Para esta entrevista, foi elaborado um roteiro, a partir dos desdobramentos do primeiro, contendo perguntas norteadoras sobre quatro temas principais: suas trajetórias profissionais e experiências docentes em estabelecimentos prisionais, as práticas de ensino nesses ambientes, percepções sobre fazer docente e pontos de vista sobre os efeitos da educação de jovens e adultos no processo de ressocialização de apenados. O termo ressocialização, no contexto desta pesquisa, foi empregado como sinônimo de reintegração social, embora na visão de Braga (2014) isso não seja possível, pois a ressocialização conjectura uma postura doutrinária do Estado e passiva do indivíduo que sofre a sanção penal, enquanto a reintegração social pressupõe melhorar a relação do preso com a sociedade, através das instituições penais. Entretanto, em virtude de sua menção pelas entrevistadas, o termo ressocialização foi mantido. Após a realização de todas as entrevistas, o material produzido foi degravado, através do programa de transcrição de áudio “RESHAPE”. Nesse processo de entrevista, textualização, transcrição e posterior análise da transcrição e transcrição, mais informações foram coletadas e analisados outros documentos que norteiam a atuação destes profissionais, como matrizes curriculares, normas internas da penitenciária, plano pedagógico de ensino, entre outros. Durante esse período, o contato com as entrevistadas foi mantido, para confirmação de dados e esclarecimentos de dúvidas.

2.3 Conhecendo trajetórias docentes

A primeira entrevista foi feita com a professora Isabel Ferreira, diretora do NEEJA da PEJ e principal elo de ligação entre a escola e a penitenciária, tendo começado a trabalhar na PEJ no

ano de 2018 como professora. A segunda professora entrevistada foi a Clarice, que também foi diretora do NEEJA, quando este ainda contemplava as demais casas do complexo prisional de Charqueadas, relatando não só a sua trajetória na educação prisional, mas também todo o processo de criação do NEEJA da PEJ, do qual diz ter participado ativamente. Na sequência, Marlete foi entrevistada, a segunda professora que aceitou ser entrevistada. Em seus relatos, Clarice e Marlete indicaram mais três professoras para tomarem parte da pesquisa, Telma, Carmen e Zeloí, respectivamente, que apesar de já estarem aposentadas, tiveram importante passagem pela educação prisional da PEJ, em momentos distintos. As narrativas foram reconstituídas a partir de lembranças evocadas durante as entrevistas, as quais, mesmo quando apresentam divergências ou silenciamentos, produzem efeitos de verdade, pois, segundo Candau (2014, p. 72) "[...] para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (a memória reconstituída, as maneiras de 'ter por verdadeiro') e a realidade factual: se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade".

Ao fazer a análise da trajetória docente das entrevistadas, chama a atenção o fato de que estes professores atuaram na PEJ em momentos distintos, fato este que corroborou para entender a órbita do ensino de jovens e adultos nesta casa prisional, desde a sua implementação, até a criação de um NEEJA próprio. Como este só foi instituído em 2018, todas as professoras entrevistadas atuaram concomitantemente em outros estabelecimentos prisionais, porém, somente as que ainda estão em atividade tiveram passagem pelo NEEJA Sueli Rodrigues da Silva. Mas isso não exclui o fato de que as docentes aposentadas fizeram parte da história da educação prisional da PEJ, que teve início na década de 1980, de acordo com os documentos acessados, informações obtidas pela secretaria do NEEJA e o relato de uma das entrevistadas. Nessa época, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se efetivava no Estado por meio do denominado Núcleo de Orientação de Ensino Supletivo (NOES) e a PEJ ainda não encontrava-se sob a administração da Brigada Militar. São marcos históricos que marcam a trajetória dos professores e da educação prisional na PEJ.

As entrevistas implicam um "processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si" no qual a lembrança é algo pleno "de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida" (CANDAUI, 2012, p. 65). A dimensão de tempo, logicamente por estarmos tratando de memória social, se fez presente nestes processo de rememoração. De acordo com os relatos das entrevistadas, é possível perceber que, nas suas perspectivas, a evolução do tempo trouxe para a educação na PEJ uma série de mudanças, positivas e negativas. Entre os aspectos

positivos destacam-se o aumento de recursos financeiros para aquisição de material pedagógico e melhorias na estrutura física da escola, que compreende dos corredores da penitenciária ao prédio recém reformado, atual setor administrativo. No que se refere aos aspectos negativos, foi citado o aumento da população carcerária, em paralelo com a diminuição do efetivo, tanto da Brigada Militar, quanto de professores, não sendo possível atender à demanda e prejudicando as aulas, principalmente quando estas precisam ser suspensas, bem como a guerra entre as facções criminosas, que compromete a segurança da penitenciária e impede o acesso de muitos apenados ao estudo. Nessa análise, é preciso ponderar que essas comparações emergem de uma "a lembrança do tempo passado não é a lembrança do tempo que passa nem a lembrança do tempo que passou" (CANDAU, 2012, p. 65), mas a lembrança dos acontecimentos que fazem sentido para quem lembra no momento da evocação. Ou ainda como indicado por Candau (2012, p.66): "O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito".

Nas entrevistas também foi mencionada a carência de formação continuada na área específica da educação prisional, uma vez que os cursos e atualizações oferecidos atualmente aos educadores são voltados à educação de jovens e adultos de escolas regulares, e este conhecimento, quando posto em prática nos estabelecimentos penais, esbarra em inúmeros problemas de acessibilidade, restrições e demais questões que denotam uma realidade totalmente diversa restringindo, cada vez mais, o trabalho do professor prisional. A ausência de um protocolo regulando a conduta dos professores nas casas prisionais é outro ponto a ser evidenciado, pois todas as entrevistadas afirmam não ter recebido quaisquer orientações sobre a rotina desses locais, nem de que forma deveriam proceder durante as aulas, principalmente, do regime fechado, ratificando que toda a experiência adquirida veio através da prática e das orientações recebidas pelos agentes prisionais, no transcorrer do tempo.

Por tais razões que, tanto as docentes da ativa, quanto as aposentadas apontam que, no decorrer do tempo, houve certa perda de autonomia da escola em algumas questões técnicas, como a escolha dos critérios de seleção dos alunos que irão frequentar as aulas, bem como dificuldades para pôr em prática o disposto na legislação quanto ao direito de todos os apenados terem acesso ao estudo. Em contrapartida, destacam a colaboração e o trabalho da Brigada Militar na PEJ que, na opinião delas, é feito com muito comprometimento, dedicação e zelo, visando a segurança de todos e contribuindo efetivamente com a educação prisional.

2.4 Entrelaçando memória institucional e trajetórias docentes

Ao analisar a trajetória dos professores do NEEJA na PEJ, nota-se que estes indivíduos passaram por um processo de transformação e adaptação de suas carreiras, até se tornarem parte integrante do sistema prisional. Isso se deve a vários fatores, entre eles, a não formação específica e a atuação em ambientes não formais de ensino. Relembrando os conceitos de memória, Gondar (2016) diz esta ser polissêmica e transdisciplinar, por comportar inúmeras significações, capazes de produzir efeitos de transversalidade entre os diversos saberes. Logo, não seria a educação prisional intramuros da PEJ um recorte desse atravessamento de domínios distintos? É provável que sim, pois o professor que atua nesse ambiente é, além de protagonista na educação penal, coadjuvante no processo de ressocialização de apenados. Isso porque, o profissional que é designado para trabalhar dentro de um estabelecimento penal precisa, logo de início, repensar os conceitos de aluno e escola. Trabalhar dentro de um presídio implica ter, desde o princípio, sua autonomia e liberdade parcialmente tolhidas, em razão de todo regramento necessário para garantir que este seja um local que cumpre a função que se propõe.

Não se trata de um ambiente escolar formal tradicional, cuja principal finalidade consiste em garantir a aprendizagem e apropriação do conhecimento e valores necessários à socialização do indivíduo; trata-se de um ambiente adaptado de ensino, cujo público alvo são detentos, ou seja, pessoas que transitam na linha tênue entre a cidadania e a marginalidade. Em um exercício diário de empatia, o professor vivencia a realidade do universo entre grades, ao ter seus pertences revistados, estar sob vigia de câmeras por tempo integral, ter acesso restrito à informação e transitar somente sob escolta e em espaços devidamente permitidos. A própria comunicação, nestes espaços, torna-se paradoxal, pois ao mesmo tempo que se faz extremamente necessária, tendo em vista a total heterogeneidade das turmas, o excesso dela pode acarretar consequências para além das grades, ao passo que muitos detentos colocam-se na condição de aluno apenas para continuar a delinquir, seja por vontade própria ou ordenado por facções, a fim de transformar o valor da informação em preço. É entre diferenças manifestas e detalhes sutis que surge o perfil do educador prisional, isto é, o docente que passa a adotar uma postura semelhante aos demais profissionais que atuam nesses espaços, por um processo de aglutinação de cargos e funções. A título de exemplo, quando o professor inicia a aula, este assume indiretamente o papel do carcereiro, vez que o preso passa a estar sob sua guarda, cabendo sua custódia e autoridade para desligá-lo das atividades, em caso de descumprimento de quaisquer normas previstas na Lei de Execução Penal.

E, no costurar desses pontos, a figura do professor se reinventa. Vai, aos poucos, se apropriando de todo o ritual que envolve desde chegar e sair da sala de aula ao tracejar de identidade de cada persona. É movimento contínuo, um constante observar do que acontece naqueles espaços, é desconstruir para reconstruir, em um processo lento e diário de adaptação a um ambiente tão diverso. Buscando uma melhor definição deste espaço físico e seus fenômenos, invoca-se ao estudo alguns conceitos acerca da memória institucional, sob a ótica de Thiesen (1997), partindo do pressuposto que, para entender as relações entre memória e instituição, é necessário diferenciar uma instituição de organização. Para a autora

[...] as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer. Pois a memória, como alvo político, passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes da sociedade (THIESEN, 1997, p.5).

Para uma melhor percepção de como a educação de apenados na Penitenciária Estadual do Jacuí acontece, é salutar mencionar que mais de uma instituição participa do processo, a fim de garantir ao indivíduo recluso o direito de estudar, independente do regime de pena imposto. As organizações que compõem o sistema educacional da PEJ gozam de independência e são harmônicas entre si, atuando conjuntamente dentro do sistema penitenciário. A primeira a ser pensada no decurso é o governo do Estado que, através das secretarias da Segurança Pública e Educação asseguram o acesso à educação nos estabelecimentos penais, conforme o exposto na legislação vigente. Por sua vez, as coordenadorias regionais de educação são os órgãos responsáveis pela gestão do ensino dos detentos de cada casa prisional, contando como apoio da Superintendência dos Serviços Penitenciários, instituição que administra os estabelecimentos penais no Estado e, por consequência, a Brigada Militar que, em regime de força tarefa, é responsável pela Penitenciária Estadual do Jacuí desde o ano de 1995.

Por se tratar de indivíduos adultos privados de liberdade, a modalidade de ensino ofertada é a Educação de Jovens e Adultos, através dos núcleos (NEEJA) instaurados em algumas casas penais. A PEJ possui um NEEJA situado dentro de suas dependências, responsável pelo ensino de apenados do regime fechado e semiaberto, através de professores concursados do Estado, de acordo com as áreas do conhecimento exigidas. Esses docentes, embora preparados para exercerem suas funções em escolas regulares, atuam no cárcere simultaneamente com os demais profissionais.

Embora possa se pensar que apenas as instituições de educação são responsáveis neste processo, há de se pensar que o ensino prisional, além de ser uma modalidade recente, precisa se

amoldar constantemente à realidade do sistema penitenciário, cuja principal função é garantir o cumprimento da pena e a reinserção do indivíduo na sociedade. Com isso, adiciona-se nessa composição a SUSEPE, instituição responsável pela administração dos estabelecimentos penais do Estado. No caso específico da PEJ, a SUSEPE atua de forma secundária, ficando a cargo da Brigada Militar a coordenação administrativa e operacional da penitenciária, através de portaria estadual vigente. Ainda que cada instituição citada obedeça a sua própria hierarquia de atribuições e funções, todas elas subordinam-se em algum momento umas às outras dentro do sistema

Assim, a educação prisional não só implica para o Estado dois pilares fundamentais da sociedade, educação e segurança, mas também consolida uma organização própria nesses espaços, composta por instituições de esferas distintas que se complementam e assumem uma nova identidade. Diante do exposto, pode-se dizer que a PEJ não existe enquanto instituição única e isolada; ela só se define pela composição de outras instituições, neste caso Brigada Militar e SUSEPE, as quais também não se compõem enquanto espaço penal, fora dos muros da penitenciária. O mesmo acontece com o NEEJA Sueli Rodrigues da Silva, cuja existência está necessariamente atrelada à PEJ - daí a expressão NEEJA da PEJ - ou seja, o NEEJA fora de PEJ tornaria-se uma outra instituição. Logo, entenda-se a relação entre instituição e organização como grandezas proporcionais, cujos limites entre um e outro se definem dentro do processo, pois “o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o processo de institucionalização” (THIESEN, 1997, p. 13). Nesse movimento, ao se cruzar análise documental e análise das entrevistas, obteve-se um histórico do ensino dentro do complexo prisional que será detalhado a seguir.

2.5 Reconstituindo um histórico de educação na PEJ

Através da análise documental feita na primeira etapa da pesquisa, juntamente com os relatos das professoras entrevistadas e posterior informações complementares, fornecidas pela diretora e secretaria do núcleo, foi possível identificar que a educação na PEJ passou por um processo evolutivo até se tornar o NEEJA “Sueli Rodrigues da Silva” e como essas professoras tornaram esse espaço dentro do presídio uma escola, a partir das suas vivências. As primeiras informações sobre práticas de ensino na penitenciária partem da década de 1990, quando professores da rede estadual, oriundos do antigo NOES (Núcleo de Orientação de Ensino Supletivo), criado em 1982, eram designados para atender apenas inscitos nos exames supletivos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, que assegura à pessoa privada de

liberdade o direito à educação. E, aos poucos, devido à crescente demanda, a educação de jovens e adultos passou a ser instituída na PEJ, com turmas constituídas e aulas regulares.

Mais tarde, o governo estabeleceu um novo Regimento Escolar que instituiu, em 2002, os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular, no Estado. Na PEJ, o NEEJA, nominado “Julieta Vilamil Balestro”, passou a funcionar naquele mesmo ano, entretanto, o núcleo era responsável, na época, por todo o complexo penitenciário de Charqueadas, com sede administrativa situada nas dependências da Penitenciária Modulada de Charqueadas (PMEC). Durante esse período, os professores nomeados atendiam mais cinco casas prisionais, além da PEJ.

Com as mudanças na Lei de Execução Penal, que passou a prever a remição da pena pelo estudo, a procura pelas aulas aumentou exponencialmente e fez com que os professores iniciassem um movimento para a criação de um NEEJA que atendesse exclusivamente a PEJ, além da ampliação dos turnos das aulas. E, finalmente, em 2018, a penitenciária passou a ter uma escola própria, denominada NEEJA “Sueli Rodrigues da Silva”, com sede administrativa localizada nas dependências do regime semiaberto da PEJ. Cabe destacar a importância do nome escolhido para a escola: trata-se de uma professora reconhecida pelos seus pares, que trabalhou como educadora na PEJ, desde a década de 90 até 2016, sendo citada, inclusive, por uma das entrevistadas. Como pontua Candau (2012, p. 69) acerca do reconhecimento social, que no caso aqui refere-se a uma professora de EJA, “não é suficiente nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória desta nomeação”. Fica clara a preocupação do grupo de entrevistadas em preservar essa memória, não sendo por acaso que um dos primeiros documentos obtido com a diretora versa justamente sobre a origem do nome da escola.

3 Considerações Finais

A presente pesquisa, que tinha como objetivo registrar trajetórias profissionais de professores que atuam ou atuaram com a educação prisional, nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí permitiu, através das entrevistas e dos documentos acessados, registrar memórias docentes, conhecendo suas histórias de vida, compreendendo como estes se tornaram educadores prisionais e que lugar ocupam na história da educação da PEJ. Uma pesquisa pautada em trajetórias docentes implica trabalhar com as vivências e experiências destes profissionais, com o intuito de proporcionar maior visibilidade ao trabalho com educação prisional. Para estes sujeitos, recordar é compartilhar o convívio com seus pares, agentes e apenados que circulam diariamente por entre as grades da penitenciária.

Foi possível mapear, também, outros elementos significativos com relação à pesquisa, como a necessidade de formação continuada para profissionais de educação prisional pois, de acordo com o que foi extraído das entrevistas, nenhuma delas recebeu formação específica para educação prisional - sendo que apenas uma delas concluiu o único curso de especialização oferecido, durante todo o tempo em que atuaram em presídios - e com as recentes mudanças na educação, tanto em razão da epidemia do Coronavírus, quanto pela reformulação do ensino de jovens e adultos no Estado, a realização de cursos de atualização e formação específica na área, se faz necessário, principalmente no que tange a implementação do ensino híbrido, que já é uma realidade em quase todos os estabelecimentos do complexo prisional de Charqueadas.

Cabe destacar, também, que os relatos das entrevistadas, somados à experiência como agente de segurança na PEJ da autora principal, permitiu entender que as principais aflições vividas por elas no dia a dia em sala de aula, como a incapacidade de atender a demanda e a falta de recursos, tanto de efetivo quanto material, essenciais para que a educação aconteça nesses espaços, se devem ao fato de que há uma fronteira entre o fazer docente e o cumprimento da pena, cuja linha limítrofe entre esses dois pilares da ressocialização é a segurança. Vislumbra-se como trabalhos futuros desenvolver um curso de formação específica na área de educação prisional, com enfoque no trabalho em rede. Também restam como trabalhos futuros realizar entrevistas com docentes de outras unidades prisionais do estado.

4 Referências

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRAGA, Ana Gabriella Mendes. As funções da prisão no contexto contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 107, Mar/abril 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, Alisson José Oliveira. “Celas de Aula” Professoralidade nos Presídios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação On-Line**, Uberaba, v.1, n.1, 2013, p. 25-36.

DEPEN. Segundo novos dados do Levantamento de Informações Penitenciárias do Depen, o

número de presos em atividades educacionais dobrou em 2021. Publicado em 17/05/2022. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-novos-dados-do-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-do-depen-o-numero-de-presos-em-atividades-educacionais-dobrou-em-2021>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

GARCIA, Vera L.; SOUZA, Alícia N. de. **A narrativa e a pesquisa qualitativa**. In: SILVA, Raimunda M. da et al (org.). Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. Sobral: Edições UVA, 2018. p.199-210.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10. 1993.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SISDEPEN. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário. Acesso em 07/11/2023. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>

THIESEN, Icléia. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

WOLFF, Maria Palma. **Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua evolução e problemática (1953-1989)**. In: LEWGOY, Alzira et al. (org.). Marginalidade e controle social. Porto Alegre, Secretaria da Justiça do Rio Grande do Sul, 1991. p. 241-386.